

Recital

Revista de Educação,
Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

TEMPOS PANDÊMICOS SOB O OLHAR DE DOCENTES E GESTORES: DIFICULDADES E DESAFIOS VIVENCIADOS

Pandemic Times Through the Eyes of Teachers and Administrators: Difficulties and Challenges Experienced

Augusta Boa Sorte Oliveira KLÉBIS

Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente - augustaklebis@gmail.com

Yoshie Ussami Ferrari LEITE

Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente - yoshie.leite@unesp.br

Simone Conceição Pereira DEÁK

Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente - sideak@gmail.com

Maurício César AIROLDE

Secretaria Municipal de Educação - Presidente Prudente/SP - maiolde13@gmail.com

Tamara LIMA

Instituto Federal de São Paulo, Presidente Epitácio - tamara.lima@ifsp.edu.br

Joane Vilela PINTO

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente - jv.pinto@unesp.br

Leny Rodrigues Martins TEIXEIRA

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente - lenyrmteixeira@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.46636/recital.v6i2.581>

Resumo

A pandemia de coronavírus impôs uma nova rotina escolar com a exigência da incorporação de novas tecnologias e do ensino remoto. Foi um período no qual a precariedade educacional se acentuou e as desigualdades sociais se intensificaram ainda mais. Assim, esta pesquisa teve como objetivo realizar um estudo comparativo entre professores e gestores que atuam na



educação básica, no município de Presidente Prudente-SP, sobre dificuldades e desafios vivenciados na travessia da pandemia e suas preocupações com o retorno às aulas presenciais. Para tanto, um questionário on-line, desenvolvido por meio da ferramenta Formulários Google, possibilitou a coleta dos dados necessários à realização da pesquisa. A análise demonstrou que docentes e gestores tiveram sua saúde física e mental afetada, além dos desafios sofridos devido à sobrecarga de trabalho, às defasagens formativas, à precariedade dos recursos tecnológicos e ao descaso do poder público com as condições materiais de alunos e docentes, bem como de infraestrutura das escolas. Ressalta, ainda, a importância de dar visibilidade a tais desafios, uma vez que precisam ser assumidos pelas políticas públicas para que tenhamos uma escola pública com maior equidade social.

Palavras-chave: Ensino remoto. Professores. Gestores. Desafios educacionais. Educação Básica.

Abstract

The coronavirus pandemic imposed a new school routine with the demand to incorporate new technologies and remote learning. It was a period during which educational inadequacies became more pronounced, and social inequalities intensified even further. Thus, this research aimed to conduct a comparative study between teachers and administrators working in basic education, in the city of Presidente Prudente-SP, on the difficulties and challenges experienced during the pandemic and teachers and school administrators concern about the return to in-person classes. For this purpose, an online questionnaire, developed using the tool Google Forms tool, enabled the collection of the necessary data for the research. The analysis showed that both teachers and administrators had their physical and mental health affected, in addition to facing challenges due to work overload, educational gaps, the inadequacy of technological resources, and the neglect of public authorities regarding the material conditions of students and teachers, as well as the school infrastructure. This article also focus on the importance of highlighting the problems and difficulties experienced by teachers and administrators, which need to be considered by public policies to achieve a more socially equitable public school system.

Keywords: Remote learning. Teachers. School administrators. Educational challenges. Basic Education.

INTRODUÇÃO

Vivenciamos, hoje, uma crise educacional, agravada, ainda mais, com a pandemia da Covid-19, que trouxe ao cenário nacional inúmeras consequências de ordem social e econômica, com repercussão no atual contexto pós-pandêmico. Não podemos minimizar, acima de tudo, os impactos causados por essa pandemia na vida das pessoas, das famílias e em todo o cenário brasileiro com o número de mortes que ultrapassa a triste marca de 700 mil vidas interrompidas, segundo dados divulgados pelo Ministério da Saúde (Brasil, 2023).

A necessidade de isolamento e distanciamento social, como medida de combate à disseminação do coronavírus, exigiu que as escolas interrompessem as aulas presenciais. Essa nova realidade impôs desafios às instituições escolares, especialmente às de educação básica, uma vez que seus gestores, professores e estudantes, de uma hora para outra, se viram diante de uma nova



dinâmica na rotina escolar. A implantação do ensino remoto emergencial obrigava os professores e estudantes a utilizarem as tecnologias digitais nas aulas virtuais. Isso aconteceu em todos os níveis de ensino, incluindo a educação infantil.

Diante dessa mudança na rotina escolar, tornaram-se mais explícitos os desafios da educação já existentes, muitos dos quais causados pelas desigualdades socioeconômicas, incluindo as digitais. Essa situação era ainda mais visível em estudantes das escolas públicas. Além disso, em relação ao uso das tecnologias digitais, evidencia-se a falta de formação dos docentes, tanto inicial como continuada, em especial com o surgimento da cultura digital nas últimas décadas.

Portanto, não foi fácil para docentes e gestores, em tempos de pandemia, lidarem com todas essas mazelas e assumirem a tarefa de desenvolver o ensino remoto, em um contexto no qual não fazia parte das estratégias das escolas públicas a utilização de ambientes virtuais de aprendizagem. Entre os desafios, impõe-se a necessidade de se pensar uma formação docente que esteja muito além de treinamentos e oficinas, de modo a possibilitar “ambiências formativas como espaços fecundos para reflexões críticas acerca das tecnologias móveis na educação” (Lucena; Santos; Mota, 2020, p. 329). Nesse sentido, Batista e Gonzales (2016, p. 2167) reconhecem a importância de os gestores compreenderem que “inovar com o uso de tecnologias da informação e comunicação na educação não se reduz a introduzir essas ferramentas, mas pressupõe refletir sobre como elas podem ser dinamizadas para transformar qualitativamente as práticas correntes”.

Imbernón (2010) destaca que o uso das novas tecnologias de informação exige muitas mudanças para que possa realmente significar uma transformação e melhora na educação. Com relação a tais mudanças, o autor afirma que “muitas estão nas mãos dos próprios professores, que terão que redesenhar seu papel e sua responsabilidade na escola atual. Mas outras tantas escapam de seu controle e se inscrevem na esfera da direção da escola, da administração e da própria sociedade” (IMBERNÓN, 2010, p. 36). Isso implica, sobretudo, em pensar criticamente sobre as políticas de formação docente com relação à inclusão das novas tecnologias digitais, tanto na formação inicial como continuada de professores e gestores.

Com a pandemia, os problemas educacionais se intensificaram ainda mais, pois, aliada à precariedade da formação docente, um grande contingente de alunos, notadamente das escolas públicas, não dispunha dos recursos tecnológicos necessários ao ensino remoto, incluindo boas condições de acesso à internet. Nesse sentido, Oliveira Júnior *et al.* (2023) ressaltam essa desigualdade social ao afirmarem que “os contrastes sociais são estampados entre o público e o privado, já que a maioria dos alunos matriculados nas unidades públicas de ensino teve disponível somente o telefone celular” (OLIVEIRA JÚNIOR *et al.*, 2023, p. 199-200). Para os autores, evidencia-se a relação entre o acesso à internet de qualidade e renda como fator de exclusão de estudantes cujas famílias possuem baixo poder aquisitivo.

Há ainda que se considerar que, muitas vezes, as famílias não apresentavam condições de acompanhar a aprendizagem dos filhos e dar o apoio necessário em relação ao uso dos equipamentos tecnológicos, ou pela escassez de tempo, uma vez que a jornada de trabalho fora de casa os impedia, ou mesmo pelo desconhecimento de como lidar com as mídias digitais em um contexto pedagógico.

Obviamente, teve um peso relevante nos impactos causados pela pandemia o fato de o Brasil ser um país profundamente desigual, com grande número de crianças, jovens e adultos em situação de alta vulnerabilidade social e econômica, bem como a precariedade na área da saúde e a emergência de uma crise sanitária sem precedentes. Como se não bastasse, a crise culminou



com um chefe da nação¹ que tornou ainda mais caótico o cenário pandêmico após se posicionar, veementemente, contra todas as medidas preventivas apontadas pela comunidade científica, com atitudes, no mínimo, irresponsáveis e de desprezo à vida humana².

Esse contexto se acirra ainda mais com o descompasso das políticas regionais e locais, “sem uma articulação mais geral de governo, houve muita disparidade entre estados e municípios nas tomadas de decisões políticas relativas à saúde pública, com certo desencontro de ações, o que não deixou de causar agravantes para a situação geral social e educacional” (GATTI, 2020, p. 31).

Ademais, concordamos com Magalhães e Ramos (2021) quando criticam a omissão do poder público em conduzir as estratégias da educação no período pandêmico, uma vez que o governo, nas esferas federal, estadual e municipal, acabou transferindo para as famílias a responsabilidade do provimento dos recursos tecnológicos necessários à implantação do ensino remoto. Da mesma forma, os autores ressaltam que “os professores também arcaram com esses custos e, mais ainda, com o ônus pela capacitação necessária à operação de novas ferramentas e modos de se promover o ensino por meio de tecnologias disponíveis” (MAGALHÃES; RAMOS, 2021, p. 255).

Passados quase dois anos de isolamento social e ensino remoto, em outubro de 2021, os alunos da rede estadual de São Paulo retornaram às aulas presenciais, ainda seguindo algumas medidas protetivas. Já no sistema municipal de Presidente Prudente-SP esse retorno ocorreu de forma gradual a partir de agosto de 2021, sendo que atingiu 100% em fevereiro de 2022, segundo resolução da Secretaria Municipal de Educação (Seduc), com o estabelecimento dos protocolos de saúde - uso de álcool gel e máscaras, distanciamento social, dentre outros (PRESIDENTE PRUDENTE, 2022).

Mediante os fatos expostos, este artigo teve como foco os desafios educacionais e dificuldades decorrentes da implantação do ensino remoto nas escolas de educação básica. Definimos como objetivo realizar uma análise comparativa sobre as dificuldades sentidas durante a travessia da pandemia e os desafios frente ao retorno às aulas presenciais, reveladas por professores e gestores que atuam na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental do Sistema Municipal de Ensino do município de Presidente Prudente, São Paulo.

1 O PERCURSO METODOLÓGICO

O artigo traz o recorte de uma pesquisa mais ampla, de abordagem qualitativa, realizada pelo Grupo de Pesquisa Formação de Professores, Políticas Públicas e espaço escolar (Gpfope) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Presidente Prudente/SP. O referido grupo teve como proposta possibilitar a participação de todos os professores e gestores (diretores e orientadores pedagógicos) que

¹ Jair Messias Bolsonaro eleito presidente no mandato de 2019-2022, atualmente filiado ao PL.

² Algumas Fontes: <<https://oglobo.globo.com/saude/revista-cientifica-nature-afirma-que-bolsonaro-provocou-uma-crise-epica-de-saude-publica-1-2499100>> <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-16/inacao-e-desinformacao-do-governo-bolsonaro-agravam-a-pandemia-no-brasil.htm>> <<https://www.estadao.com.br/saude/bolsonaro-volta-a-defender-queda-da-obrigatoriedade-do-uso-de-mascaras-contr-a-covid-19/?srsltid=AfmBOoppudvRGkbB2h3UD9QqMYCh7eU6hS8etikFEf5eLwR6XbsEMy1r>>



atuam na educação infantil e no ensino fundamental (séries iniciais) do sistema municipal de Presidente Prudente/SP. Para tanto, encaminhou à Secretaria Municipal de Educação, em 26 de maio de 2021, a documentação que solicitava autorização para a realização da pesquisa, tendo como anexos o projeto completo, o questionário que seria aplicado e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A pesquisa teve como instrumento de coleta de dados um questionário *online*, por meio da plataforma Formulários Google, sendo um específico para os professores e outro para gestores. Seu objetivo central foi analisar diferentes aspectos do trabalho de professores e gestores no contexto da pandemia, considerando os muitos desafios que se impuseram neste período. Para tanto, ambos os formulários da pesquisa eram compostos por questões objetivas e questões abertas, nas quais os participantes poderiam expressar, de forma mais livre, seus sentimentos, dificuldades, expectativas e desafios vivenciados com o ensino remoto.

O questionário dirigido aos professores contemplava 77 questões, sendo 60 fechadas e 17 abertas, organizadas em 11 blocos: informações pessoais; condições de saúde; formação e atuação profissional; recursos didático-pedagógicos disponíveis e utilizados no ensino remoto; recursos tecnológicos disponíveis e utilizados no ensino remoto; planejamento das atividades para o ensino remoto; alterações ocorridas em razão do ensino remoto; percepção dos docentes acerca das condições oferecidas e disponíveis aos alunos para o ensino remoto; aspectos do processo avaliativo durante o período pandêmico; condições formativas para o trabalho remoto; expectativas para o retorno às aulas presenciais.

Já o questionário aos gestores era formado por 61 perguntas divididas em seis blocos: informações pessoais, condições de saúde, formação e atuação profissional, recursos tecnológicos disponíveis e condições de trabalho remoto, planejamento e desenvolvimento do trabalho remoto e condições para o retorno das aulas presenciais.

Os referidos formulários foram respondidos por 483 professores e 66 gestores, no período de 19 de julho de 2021 a 23 de setembro de 2021. A sistematização e análise dos dados obtidos pela equipe de pesquisadores envolvida nesse estudo gerou a publicação de um livro (LIMA *et al.*, 2022), além do relatório de pesquisa final (LEITE, 2023). Ambos se constituíram referências significativas na elaboração deste artigo.

Em seu desenvolvimento, este artigo, apresenta uma análise comparativa das respostas dos professores e dos gestores, participantes da pesquisa, com o intuito de verificar os pontos congruentes e divergentes, ou até mesmo complementares desses dois segmentos atuantes na escola, sobre as dificuldades e desafios educacionais na travessia da pandemia. Ressaltamos que na busca em periódicos no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), utilizando as palavras-chave “pandemia”, “educação básica”, “ensino remoto” e “desafios”, foram encontrados 79 artigos de periódicos diversos. No entanto, nenhum apresentava pesquisa realizada com professores e gestores, que tivessem por objetivo comparar os impasses desses dois segmentos durante a pandemia.

Com relação aos dois questionários aplicados, foram selecionadas as questões que possuíam elementos que permitiram a análise comparativa proposta como objetivo do presente artigo. Tais questões foram agrupadas por eixos e categorias para a realização da análise pretendida. Assim, as categorias foram organizadas em torno de cinco eixos: “Condições de saúde de professores e gestores”; “Formação específica e condições para o trabalho com o ensino remoto”; “Interação escola/família na pandemia”; “Dificuldades para a realização do ensino remoto”; “Desafios frente ao retorno às aulas presenciais”.



Ressaltamos ainda que a pesquisa optou pelo anonimato dos participantes, cujas falas, identificadas neste artigo como Gestor ou Professor, estão acompanhadas do número correspondente que constou no respectivo questionário aplicado.

2 BREVE PERFIL DOS PROFESSORES E GESTORES COLABORADORES DA PESQUISA

No que se refere ao perfil dos colaboradores, buscamos informações pessoais, desde o local de trabalho, sua função, gênero, faixa etária e estado civil. Entre os professores participantes, os dados da pesquisa revelaram que 96,7% atuam apenas no Sistema Municipal de Educação de Presidente Prudente (educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental), sendo que uma pequena parcela de 3,3%, acumula cargo na Rede Estadual de Educação, atuando nos anos finais do ensino fundamental. Constatou-se também que a grande maioria dos professores (98,3%) é do gênero feminino. Tal fato era esperado e, segundo o Censo Escolar da Educação Básica de 2022, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), dos 657 mil docentes que atuam na educação infantil brasileira, 96,3% pertencem ao sexo feminino e 3,7% ao sexo masculino. Da mesma forma, comprova a presença maciça de mulheres nas séries iniciais do Ensino fundamental, uma vez que entre os 763.048 docentes deste nível 87,8% são do sexo feminino e apenas 12,2% do sexo masculino (BRASIL, INEP, 2023). É importante ressaltar, conforme afirma Vianna (2013, p.164), que “não se trata apenas da presença do sexo feminino, a entrada das mulheres no magistério deve ser examinada a partir das relações de classe e gênero”, não sendo, portanto, apenas uma questão de escolha profissional.

Quanto à faixa etária, a pesquisa apresentou um número expressivo de docentes (38,4%) entre 32 a 41 anos, sendo que os professores mais jovens, entre 22 e 26 anos, são uma minoria de apenas 7,3%. Grande parte dos professores (68,9%) é casada ou vive em união estável e com 63,3% dos respondentes residem de 3 a 4 pessoas. Em relação à formação profissional, observou-se que 91,4% possuem licenciatura plena em pedagogia, 13,5% dos professores, além da pedagogia, cursaram mais uma graduação e apenas 2,5% concluíram o Magistério, em nível médio. Constatamos ainda, entre os professores, que 2,5% são mestres e 0,2% são doutores .

Em relação aos gestores, os dados da pesquisa demonstraram que todos (100%) atuam no sistema municipal de ensino de Presidente Prudente, sendo que a maioria (82,8%) em escolas administradas pelo município. Mais da metade (57,1%) ocupa a função de orientador pedagógico e 42,9% são diretores. Da mesma forma, como ocorre com os docentes, em escala a nacional e estadual, na gestão das escolas do referido sistema municipal de ensino, majoritariamente, atuam mulheres (95,5%), sendo que 66,7% são casadas. Quanto à faixa etária, os dados denotam a distribuição dos diretores e orientadores em dois grandes grupos: aqueles que se encontram na faixa etária acima de 42 anos, perfazendo um total de 64,4%, e os que apresentam idade abaixo de 41 anos (35,6%). Podemos dizer que o grupo é, em grande parte, formado por profissionais com mais idade e experiência profissional. Todos eles possuem Licenciatura plena em Pedagogia, 19,7% concluíram uma segunda graduação e 1,5%, o Mestrado em Educação.

Nas seções seguintes buscamos fazer uma análise comparativa sobre o que nos revelaram professores e gestores acerca das dificuldades no período pandêmico e os desafios com o retorno às aulas presenciais, considerando os eixos: “Condições de saúde de professores e



gestores”; “Formação específica e condições para o trabalho com o ensino remoto”; “Interação escola/família na pandemia”; “Dificuldades para a realização do ensino remoto” e os “Desafios frente ao retorno às aulas presenciais”.

3 SOBRE AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DE PROFESSORES E GESTORES

Nesse primeiro eixo são apresentados os impactos da pandemia sobre a saúde mental e emocional de professores e gestores, bem como os impactos sobre a saúde física deles.

Durante o período pandêmico, tanto os professores quanto os gestores, colaboradores da pesquisa, foram muito afetados, em especial com relação à saúde mental e emocional. Isto pôde ser constatado ao declararem que passaram por episódios de estresse e/ou ansiedade em razão da pandemia de Covid-19. Entre os docentes, 87,4% responderam afirmativamente, ressaltando ainda o quanto foi estressante o retorno às aulas, como no relato a seguir: “Estresse no trabalho, pois a realidade é totalmente diferente, pós-retorno, de tudo que já vimos. Não temos precedentes e ao mesmo tempo sinto que estão buscando em nosso desempenho padrões de comportamento como se tudo já estivesse voltado ao normal” (Professor 477). Da mesma forma, com um percentual pouco menor, 78,5% dos gestores também se queixaram de problemas de estresse e ansiedade: “Estamos vivendo um momento de muita pressão por parte do Ministério Público e Seduc para o retorno das aulas presenciais. Isso afeta diretamente nosso psicológico e nosso emocional” (Gestor 27).

Também passaram por abalo emocional muito grande devido a perdas familiares, conforme mencionaram 38,3% dos professores e 32,3% dos gestores: “Perdi meu esposo, ele não sobreviveu à Covid-19, estou arrasada, destruída” (Professor 127). Sofreram ainda pelo medo de morrer ou de que ocorressem perdas, conforme exemplifica o excerto: “O maior impacto foi emocional. O medo de perder algum ente querido ou de falecer em decorrência da Covid-19 foi muito intenso no início. Tenho três filhas e meu maior medo era falecer e deixá-las desamparadas” (Gestor 24).

Em outra questão que objetivou saber se sofreram alterações nos padrões de sono, 78% dos professores e 67,2% dos gestores declararam que tiveram problemas de insônia. São muitas as queixas como a dos excertos a seguir:

A falta de rotina durante a pandemia teve grande impacto na ansiedade, que se refletiram no meu sono, especialmente. (Gestor 23).

A alteração da forma de trabalho para teletrabalho fez com que eu me sentisse mais cansada do que o normal, pois como tenho criança pequena, acabo realizando várias das minhas obrigações diárias da escola somente no momento em que meu filho está dormindo, por isso geralmente durmo muito tarde e acordo muito cedo. Essa diminuição da quantidade de horas dormidas diárias acaba desgastando muito. (Professor 278).

De fato, o período pandêmico exacerbou ainda mais os sentimentos de frustração, estresse e desânimo, que afetam professores e gestores no exercício da função. Conforme assevera Guimarães (2021), não se trata de um fenômeno novo, o denominado “mal-estar docente”, caracterizado por elevados índices de estresse e ansiedade que acometem os professores, ~~em~~ ~~especial~~, devido às condições de trabalho adversas e à desvalorização da profissão. “No entanto, ele foi agravado pela sobrecarga de trabalho e pelo sentimento de incapacidade no uso



obrigatório dos novos recursos tecnológicos impostos pela pandemia, aumentando ainda mais a frustração frente às políticas de precarização” (GUIMARÃES, 2021, p.72).

Quanto à saúde física, convém ressaltar que 20,7% dos professores respondentes foram infectadas pelo vírus da Covid e, em porcentagem pouco menor, 18,2% dos gestores também contraíram o vírus. Trata-se, segundo Pinto (2022), de um percentual superior ao número de contaminados na capital paulista que foi de 16%, de acordo com inquérito sorológico publicado pela Agência Brasil em 25/02/2021.

Houve ainda um percentual expressivo de 73,8% dos professores que afirmou ter passado por problemas alimentares e, em porcentagem menor, 62,5% dos gestores confirmaram a presença de alterações alimentares nesse período, apontando aumento de peso, náuseas e gastrite. Os dois grupos também relataram cansaço, esgotamento físico e aumento da pressão arterial, conforme constatamos no exemplo a seguir:

Com a pandemia e conseqüentemente o isolamento social, perdi o contato físico com meus alunos, minha vida financeira entrou em declínio, engordei 35 kg. Tudo isso acarretou diversos problemas de saúde, alguns ainda sem diagnóstico (Professor 158)

Portanto, não podemos desconsiderar que a imposição do ensino remoto por meio de tecnologias digitais, com as quais a maioria não estava familiarizada, contribuiu para intensificação do adoecimento físico e mental (ANDES, 2020). Além disso, a sobrecarga de trabalho ocorreu em “condições subjetivas desfavoráveis”, uma vez que impôs aos docentes terem que conciliar o ensino remoto com os “afazeres domésticos e demandas familiares” (ANDES, 2020, p. 12)

Vimos uma proximidade muito grande, em termos percentuais, entre docentes e gestores, ao se referirem sobre os reveses que passaram com o trabalho remoto, no período pandêmico, com impactos negativos tanto na saúde física quanto mental. Nem todos esses problemas são frutos apenas da pandemia e muitos já se encontravam instalados, gerados pela falta de políticas públicas comprometidas com a valorização docente em todos os sentidos, inclusive tendo um olhar sensível para a preservação da saúde física e mental de professores e gestores, com a destinação de recursos financeiros que visassem um atendimento de qualidade.

4 FORMAÇÃO ESPECÍFICA E CONDIÇÕES PARA O TRABALHO COM O ENSINO REMOTO

No eixo, “Formação específica e condições para o trabalho com o ensino remoto”, definimos as seguintes categorias: a) Formação específica para o ensino remoto; b) Recursos materiais para o ensino remoto; c) Condições e recursos materiais dos alunos para o ensino remoto; d) Orientações para o trabalho com o Ensino Remoto.

4.1 FORMAÇÃO ESPECÍFICA PARA O ENSINO REMOTO

Constatamos que 54,5% dos docentes tiveram formação específica de forma independente, mas também ofertada pela escola; já 18,5% declararam que tiveram formação apenas ofertada pela escola. Sob outra perspectiva, somando-se esses dois percentuais, temos 73,4% que receberam formação por meio da escola, embora também a tivessem buscado de forma independente.



Observamos que 19,1% declararam que tiveram formação apenas porque buscaram de forma independente da escola e um percentual bem menor (7,5%) afirmou não ter tido formação alguma para o trabalho remoto.

Quanto aos gestores, 72,3% responderam afirmativamente sobre a oferta de formação para o ensino remoto pela Seduc. Vimos que tiveram um percentual bem semelhante aos docentes que declararam ter recebido essa formação na escola, por meio dos gestores.

Por outro lado, com um percentual um pouco maior que os docentes, 27,7% dos gestores que afirmaram não ter recebido formação específica, foram buscá-la por iniciativa própria: pelas redes sociais, pesquisa na internet ou pela troca de informações entre colegas. É importante destacar que todos receberam ou tiveram a preocupação em buscar formação para o ensino remoto, diferentemente do que ocorreu 7,5% dos docentes que declaram não ter passado por formação.

Convém destacar que os gestores mesmo tendo informado que a Seduc ofertou formação e orientações para o trabalho remoto, teceram algumas críticas, como podemos observar no excerto a seguir:

A Seduc tem realizado formações e orientações relacionadas ao trabalho docente, mas poucas coisas que são realmente utilizadas no dia a dia. Por exemplo, não houve formações consistentes sobre o uso da sala virtual, Google Meet. Em 2020 houve muitas lives, que eram cansativas e pouco contribuíam para a realização do trabalho diário. (Gestor 75)

Apesar das formações ainda restam muitas dúvidas, tem casos específicos que precisam de atendimento diferenciado e isso nem sempre é possível. A internet da escola é péssima e não temos equipamentos adequados e eficientes para o trabalho e ainda falta formação para o uso da tecnologia. (Gestor 128).

Há que se considerar que quando questionados se a Seduc realizou algum levantamento sobre quais eram as condições de trabalho remoto para os docentes desenvolverem sua ação com os alunos, tivemos 83,1% dos gestores que afirmaram a inexistência desse levantamento. Apenas um grupo (16,9%) respondeu que a Seduc demonstrou preocupação em conhecer a realidade das condições para os docentes desenvolverem seu trabalho por meio do ensino remoto. Todavia, não se pode negar que a formação docente para atuar no ensino remoto não poderia ser pensada desvinculada das condições que os professores tinham para esse trabalho, uma vez que o risco de não atender às demandas necessárias tornou-se muito maior.

Diante dessa realidade fragilizada, o gestor teve um papel imprescindível para enfrentar os desafios formativos, expostos com maior evidência, durante a crise pandêmica. Dessa forma, segundo Peres (2020), ele teve que administrar, além dos anseios e incertezas, o seu próprio despreparo e o despreparo dos docentes, bem como a inexistência ou precariedade de recursos tecnológicos com relação aos docentes, aos alunos e suas famílias. Os gestores ainda tiveram que lidar com o excesso de novas atribuições e atender a uma série de demandas burocráticas dos órgãos superiores com prazos exíguos.

Acrescenta-se a todos esses impasses a inconsistência do discurso sobre a importância do desenvolvimento da necessária autonomia da gestão escolar em uma “organização que privilegia a estrutura burocrática em detrimento de outras questões primordiais, onde o poder de decisão cabe aos técnicos/representantes das secretarias de educação, embasados em orientações superiores hierárquicas contraditórias” (GUEDES; ROSA; ANJOS, 2021, p.142).



Na realidade, os gestores se encontram em uma arena de interesses, na maioria das vezes contraditórios, tendo que agir para responder exigências do poder público/secretaria de educação, que chegam de forma arbitrária, em detrimento aos interesses e demandas de alunos e professores (SILVA; OLIVEIRA, 2022). Nesse sentido, Saviani e Galvão (2021) criticam a falta de abertura para a instauração de diálogos e debates, por meio dos quais poderiam surgir alternativas pensadas coletivamente e que apontassem para a busca de “medidas qualificadoras da educação em tempos de pandemia” (SAVIANI; GALVÃO, 2021, p.44).

4.2 RECURSOS MATERIAIS PARA O ENSINO REMOTO

Professores e gestores, em um primeiro momento, assinalaram entre 12 opções os recursos que tinham disponíveis em suas residências para o trabalho remoto que teriam que realizar. Na comparação dos dados vimos que as opções de usar o celular, computador/notebook, praticamente empataram entre os dois segmentos. Assim 92,4% dos gestores e 97,3% dos professores assinalaram o celular; a opção *notebook* foi assinalada por 92,4% dos gestores, e *notebook* ou computador por 92,3% dos professores.

Outras opções que comparecem apenas para os professores são: internet com 96,5%; fone de ouvido com 67,4%; livros com 66%; impressora com 55,1% e materiais didáticos oferecidos pela rede/sistema com 31,1%. Há que se considerar que cabia aos professores a responsabilidade pela administração das aulas na modalidade remota, necessitando terem disponíveis, minimamente, alguns recursos e materiais didáticos para que isso fosse possível, além do tempo para o planejamento e preparo das aulas. Nessa perspectiva, Palú (2020, p. 97) ressalta que com o ensino remoto

o trabalho dos professores e professoras duplicou ou até mesmo triplicou, pois além da participação na formação para trabalhar em todas essas novas ferramentas, passaram a ter que alimentar plataformas on-line, fazer a conferência dessas atividades, dar a devolutiva para os alunos, atender pais, alunos e equipes escolares via aplicativos[...]. Tudo isso a partir de sua própria casa, utilizando seus próprios recursos.

Professores e gestores também foram questionados, de forma objetiva, como os materiais para o ensino remoto foram adquiridos. Com uma porcentagem significativa, 86,9% dos professores assinalaram ter utilizado de recursos próprios para a compra dos equipamentos tecnológicos; já 13,9% declararam que utilizaram dinheiro próprio e também os recursos disponibilizados na escola. Em um percentual menor, 75,8% dos gestores afirmaram que os materiais foram adquiridos com dinheiro próprio e 21,6% utilizaram seus recursos para a compra, mas também fizeram uso dos aparelhos disponibilizados na escola. Se somados os índices, tanto de um segmento quanto de outro, teremos em torno de 100% que dispuseram de recursos próprios.

Dessa forma, é pertinente a crítica de Guedes, Rosa e Anjos (2021) sobre o fato de os professores, assim como os gestores, terem sido obrigados, na crise pandêmica, a “dispor de equipamentos pessoais e arcar com despesas adicionais necessárias para realizar o próprio trabalho em domicílio, sem nenhuma contrapartida do Estado” (GUEDES; ROSA; ANJOS, 2021, p. 139). Essa constatação ficou evidenciada quando nenhum dos respondentes assinalou que houve incentivo, por parte de poder público municipal, para a aquisição dos recursos tecnológicos necessários.



4.3 CONDIÇÕES E RECURSOS MATERIAIS DOS ALUNOS PARA O ENSINO REMOTO

Independentemente do surgimento da pandemia, várias pesquisas confirmam que um número considerável de alunos de escola pública e seus familiares sofrem as consequências de um contexto de profunda desigualdade social que naturaliza a exclusão cultural, econômica e tecnológica, bem como o direito a uma educação de qualidade conforme demonstram os estudos de: Palú (2020); Bessa (2021); Magalhães e Ramos (2021); Silva e Ciavatta (2022).

Diante desse contexto brasileiro tão socialmente desigual, conhecer as reais condições dos estudantes para o acesso ao ensino remoto, com qualidade, deveria ser uma preocupação do poder público local, inclusive para o planejamento das ações e estratégias necessárias. Nesse sentido, os docentes e gestores foram questionados se houve algum levantamento prévio sobre os recursos com os quais os estudantes contavam.

No entanto, foi visível a discrepância nas respostas dadas entre um e outro segmento. Tivemos 81,8% dos docentes que afirmaram que a pesquisa foi realizada e apenas 18,2% declararam que não houve esse levantamento. Mesmo não representando a maioria, este último índice é preocupante, pois cabe questionar como desenvolver um trabalho, minimamente satisfatório, sem que todos os envolvidos tenham conhecimento das reais condições enfrentadas por seus alunos para o ensino remoto.

Por outro lado, os gestores apresentaram um índice bem maior que os docentes com 53,8% que afirmaram não ter havido, por parte da Seduc, a preocupação em saber as condições dos alunos para o trabalho remoto, enquanto, 46,2% confirmaram a realização do levantamento. Talvez a discrepância de respostas entre gestores e docentes esteja no fato de que, na questão dirigida aos professores, a participação da Seduc não foi incluída, tendo sido considerado por eles apenas o levantamento de condições dos alunos realizado pela escola e por iniciativa dos gestores.

Acrescente-se, ainda, um dado muito preocupante, quando 28,1% dos docentes afirmaram que a inexistência ou má qualidade dos recursos tecnológicos impediram a realização das atividades remotas por mais da metade dos alunos. Não se pode negar, portanto, que os índices apresentados pelos respondentes demonstram o descaso dos órgãos superiores locais com a educação e a inclusão social, ao ter fechado os olhos para a realidade de exclusão digital de grande parte dos estudantes da escola pública, intensificada ainda mais com a pandemia. Cabe aqui um questionamento: como uma secretaria de educação pensou em organizar o ensino remoto sem conhecer quais as condições e recursos tecnológicos os estudantes dispunham em suas casas para essa modalidade de ensino?

4.4 ORIENTAÇÕES PARA O TRABALHO COM O ENSINO REMOTO

Quanto às orientações recebidas para o trabalho com ensino remoto, observou-se que as questões dirigidas aos professores estavam relacionadas às direções recebidas pela equipe gestora da escola e as questões dos gestores eram referentes às orientações da Seduc. A primeira questão era aberta e os professores e gestores deveriam relatar o tipo de orientações que receberam.



Tivemos um total de 83,6% dos docentes que responderam a essa questão e 16,3% que deixaram em branco. Dentre os respondentes, 21,2% afirmaram ter recebido orientações didáticas para o planejamento das atividades: “A gestão acompanha e orienta a elaboração das atividades, realiza apontamentos e melhoramentos nos planejamentos semanais” (Professor 324).

Afirmaram também em 14,4 % de suas respostas que foram orientados pela equipe gestora a organizar atividades de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com o Currículo Municipal e o Plano de Ensino: “Orientações para elaborar atividades com base no currículo municipal, livros didáticos e plano de ensino” (Professor 02).

Em 12,9% de suas respostas, os professores apontaram ter recebido orientações da equipe gestora sobre o uso de ferramentas tecnológicas e procedimentos para as aulas remotas: “Formação e orientações com relação o uso da plataforma virtual utilizando *Google Classroom*, *Google Meet*. Organização das atividades remotas (objetivos, estratégias)” (Professor 226). Já 12,4% dos respondentes destacaram as orientações sobre como organizar atividades que estivessem de acordo com a realidade dos alunos e suas famílias, como nos mostra o excerto a seguir:

Somos orientadas a elaborar atividades que estimulem a criatividade, imaginação, linguagem verbal, interação entre as crianças e adultos do seu meio familiar. Enfim, através delas damos continuidade ao que é trabalhado na escola, sempre levando em conta a realidade de cada família, suas dificuldades, recursos materiais etc. (Professor 30).

Em porcentagens menores, 4,9% declararam que as orientações se referiram ao fortalecimento dos vínculos escola e família; 4,7% afirmaram ter recebido todo o amparo e suporte necessários e 3,8% se referiram a orientações sobre a necessidade de respeitar a fase de desenvolvimento do aluno.

De modo geral, em suas falas, os docentes explicitaram que receberam da equipe gestora orientações pertinentes e necessárias ao desenvolvimento do ensino remoto. Os dados revelam ainda o compromisso e esforço dos gestores em atender as demandas e dificuldades dos docentes em relação às atividades de ensino e aprendizagem dos alunos.

No tocante aos gestores, todos responderam à questão. Contudo, com um percentual bem menor que os docentes, 67,6% afirmaram ter recebido, por parte da Seduc, orientações para o trabalho com o ensino remoto; já 30,3% declararam que receberam orientação às vezes e 3% disseram não ter recebido nenhuma orientação. Cabe aqui observar a porcentagem significativa de gestores que ressaltaram que as orientações recebidas não ocorreram com a frequência desejada.

Os gestores que afirmaram ter recebido orientações da Seduc especificaram quais foram elas. Assim, 32,8% se referiram a orientações sobre suporte técnico para utilização de recursos, ferramentas digitais, realização de aulas síncronas e tutoriais; 29,7% mencionaram orientações sobre a realização do trabalho remoto e tipos de atividades a serem postadas. Diferentemente dos docentes, as orientações recebidas pela Seduc tinham mais um cunho técnico, em detrimento do didático pedagógico, e que podemos observar no exemplo: “Sempre por meio de resoluções ou comunicados foram orientando sobre a plataforma digital as atividades a serem postadas, a quantidade de atividades e também orientando sobre o uso das ferramentas digitais, como uso do *Google Meet*, gravação de vídeos etc.” (Gestor 31).

Com relação aos 30,3% dos gestores que mencionaram ter recebido orientações da Seduc apenas “às vezes”, as justificativas se referiam à forma como foram repassadas e a sua efetiva



utilidade, conforme observamos nas falas: “As orientações, a meu ver, sempre chegaram atrasadas e de forma mal elaboradas” (Gestor 41). Ou ainda: “Respondi ‘às vezes’ na questão anterior porque senti falta de uma formação mais efetiva, tanto no início do trabalho, quanto no decorrer do processo. Me senti insegura em vários momentos diante de informações desencontradas” (Gestor 33).

Podemos concluir que a Seduc poderia ter se esforçado mais em relação às orientações sobre o ensino remoto, visando o atendimento das demandas e necessidades de docentes e gestores.

5 INTERAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Vimos que professores e gestores enfrentaram muitas dificuldades e fizeram uso de diversas estratégias para manter o contato com os alunos e sua família. Dentre as estratégias utilizadas, as tecnologias digitais tiveram um destaque relevante pela necessidade do distanciamento social. Contudo, muitas famílias não possuíam os recursos tecnológicos adequados e necessários para que tal interação ocorresse, somando-se ainda a dificuldade para lidar com as ferramentas digitais e a disponibilidade de tempo devido à jornada de trabalho dos pais e responsáveis.

Silva e Ciavatta (2022) ressaltam que a privação tecnológica, consequência de uma estrutura social desigual, no contexto da pandemia, atingiu de forma contundente a população mais pobre, sendo fator que impactou a exclusão escolar de crianças e jovens. Para os autores, eram poucos os alunos das escolas públicas que “tinham acesso aos equipamentos digitais e à internet de qualidade, que poderiam facilitar o contato entre a escola e família” (SILVA; CIAVATTA, 2022, p. 2500).

Uma ferramenta muito utilizada para promover a interação entre os alunos e apontada por 97,5% dos professores, foi o Ambiente Virtual de Aprendizagem por meio da plataforma Google Sala de Aula. O uso de aplicativos como Whatsapp foi o segundo recurso mais utilizado (93,6%), provavelmente por ser uma opção mais acessível e de rápido retorno. Já as aulas online utilizando as ferramentas Google Meet e Zoom foram mencionadas por 84,1% dos docentes e 67,7% afirmaram que fizeram uso de ligações telefônicas.

Quanto aos gestores, no que diz respeito aos recursos para estabelecer comunicação com as famílias, 100% dos respondentes destacaram que utilizaram principalmente as mensagens por aplicativos e 96,9% apontaram os ambientes virtuais de Aprendizagem, com índices bem próximos aos dos docentes. Em índice maior, comparecem as ligações telefônicas com 95,4%, compreensível pelo fato de que os gestores têm acesso, facilmente, a esse recurso na escola.

Mesmo utilizando várias estratégias, 68,1% dos professores declararam que enfrentaram dificuldades para contatar alunos e responsáveis. Por outro lado, em porcentagem menor, 31,9% afirmaram que não tiveram dificuldades. Os professores que afirmaram ter encontrado dificuldades explicitaram os problemas para o contato com alunos e responsáveis. Constatamos em 45,4% de suas respostas o fato de os pais não responderem às mensagens de aplicativos ou mesmo não atenderem às ligações: “Muitas vezes o responsável não atende o telefonema, a chamada de vídeo, nem responde às mensagens, simplesmente nos ignora” (Professor 9); ou ainda: “As famílias não comparecem quando são convocadas, não respondem mensagens do *WhatsApp* e não atendem ligação da escola” (Professor 55).



Ainda nessa questão, 16,9% dos professores apontaram como dificuldades na interação com as famílias a falta de retorno/devolutiva das atividades, o horário de trabalho dos pais, a dificuldade das famílias em buscar as atividades impressas na escola, a não participação nas aulas *online*, o fato de, por motivos diversos, não acessarem o *Google Classroom*.

Nas respostas dos professores percebemos que o problema em estabelecer contato com alunos e familiares não ocorreu apenas pela dificuldade em lidar com as aulas remotas e os recursos tecnológicos, mas também em virtude de suas reais condições de vida. A pandemia impôs uma alternativa de ensino e aprendizagem não acessível nas mesmas condições a todos e, assim, considerando a nossa realidade, se reafirma a importância do ensino presencial, que não era possível naquele momento.

6 DIFICULDADES DOS DOCENTES E GESTORES PARA A REALIZAÇÃO DO TRABALHO REMOTO

Ao serem questionados sobre as dificuldades que enfrentaram para realizar o trabalho no ambiente doméstico, 35,1% dos professores apresentaram os obstáculos que sentiram relacionados ao envolvimento da família (falta de tempo, falta de interesse, de recursos e de devolutiva): “O maior desafio é conscientizar as famílias da importância de se realizar as atividades, e a importância de se ter o vínculo escolar.” (Professor 48); “A falta de recurso da família: não tem acesso à internet, celular incompatível, falta de tempo do adulto para acompanhar a criança” (Professor 368).

Para 20% dos professores a dificuldade maior estava na falta de participação regular dos alunos e em verificar se a aprendizagem ocorreu; outros 13,1% apresentaram como dificuldade a adequação das atividades e conteúdos de forma remota, considerando o tempo, nível de aluno, recursos e o modo acessível aos pais. Os professores explicitaram essa angústia em algumas de suas falas: “As dificuldades são muitas, mas a principal é que pelas devolutivas enviadas não consigo acompanhar, de fato, o desenvolvimento das crianças, nem sempre tenho certeza se as atividades de fato estão colaborando para seu desenvolvimento” (Professor 68); “A maior dificuldade é conseguir que todos os alunos estejam participando ativamente das atividades remotas (seja na plataforma ou impressa) e aulas síncronas” (Professor 272).

A falta de recursos tecnológicos, problemas de manuseio das tecnologias foram relatados por 10,8% dos docentes; distanciamento e falta de interação social, bem como a dificuldade na mediação do ensino remoto compareceram em 5,4% das respostas. Também tivemos 3,3% que se queixaram da sobrecarga de trabalho e dificuldade em conciliá-lo com a vida doméstica, incluindo gastos financeiros.

Já entre os gestores, em 17,8% de suas respostas evidenciaram os recursos tecnológicos insuficientes e infraestrutura precária como a principal dificuldade para o desenvolvimento dos trabalhos na escola, conforme denotam em suas falas: “Falta de recursos para melhorar as condições de infraestrutura da escola” (Gestor 27); e ainda “Internet precária, oscila sinal de conexão numa chamada de vídeo, ou numa videoconferência. Isso torna a comunicação mais escassa” (Gestor 55).

Em segundo lugar, de acordo com 16,7% dos gestores, a pressão e ineficiência da Seduc foi o problema que mais dificultou os trabalhos na escola, conforme o relato a seguir:



Relaciona-se aos órgãos superiores que não convivem diariamente em ambiente escolar; existe uma demanda muito grande de exigências (relatórios, documentos, orientações, formações fora de contexto); em especial, uma demanda exaustiva de serviço para os professores, cuja única ligação com esses órgãos superiores, são os gestores, a quem cabe apenas cumprir aquilo que é posto pelos superiores (Gestor 48).

A falta de cooperação das famílias também foi apontada por 15,6% dos gestores como uma das principais dificuldades enfrentadas na pandemia. Em porcentagem um pouco maior que os docentes, a sobrecarga do trabalho imposta aos gestores, que se intensificou ainda mais com a pandemia, esteve presente em 12,2% das respostas, assim como as dificuldades geradas pelo distanciamento social que também foram citadas por 12,2%. Outras dificuldades como falta de funcionários e o despreparo para novas demandas compareceram como preocupação para 7,9% dos gestores.

É importante notar que, para os gestores, os maiores desafios estavam nas questões que comprometiam os recursos materiais e infraestrutura para que a escola desenvolvesse suas ações de forma satisfatória. Assim, com relação às dificuldades sentidas, as gestoras apontaram o descaso e falta de planejamento do poder público, visto que se referem a aspectos que competem ao governo municipal, tais como recursos tecnológicos defasados e insuficientes, infraestrutura precária das escolas, pressão e ineficiência da Seduc, falta de funcionários e seu despreparo. A Seduc e os órgãos superiores não desempenharam o papel esperado para que as escolas tivessem condições de enfrentar e superar os desafios e as dificuldades que se apresentaram.

Observamos ainda que os docentes, ao contrário dos gestores, tiveram um olhar mais voltado para as questões pedagógicas, uma vez que, ao relatarem suas dificuldades, apresentaram uma porcentagem significativa relacionada à preocupação com o envolvimento da família na aprendizagem dos alunos, com a participação dos alunos nas plataformas digitais, com verificação da aprendizagem e adequação dos conteúdos.

No tocante à queixa sobre a falta de cooperação das famílias que comparece em primeiro lugar na lista de dificuldades dos professores e em terceiro lugar na lista dos gestores, concordamos com Guedes, Rosa e Anjos (2001, p. 139) ao ressaltarem que não cabe, uma vez mais, culpabilizar a família pelos problemas e fragilidades do ensino remoto. Há que se considerar o peso de determinados fatores presentes no cotidiano das famílias como a falta de “disponibilidade de tempo, conhecimentos pedagógicos mínimos, equipamentos suficientes para disponibilizarem aos filhos, e capacidade psicológica e equilíbrio emocional para manter a motivação dos educandos, quando em casa falta até a alimentação para o sustento”.

7 DESAFIOS PARA PROFESSORES E GESTORES FRENTE AO RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS

Os professores e gestores explicitaram em suas falas os vários e diversos desafios com o retorno às aulas presenciais, após quase dois anos de distanciamento social e ensino remoto. Bessa (2021, p. 185), em pesquisa realizada durante a pandemia, com professores da educação infantil das séries iniciais do ensino fundamental, afirma que, embora o ensino remoto tenha sido uma alternativa necessária para conter a crise pandêmica, a forma como foi implantado trouxe consequências desastrosas, mais especificamente, para os alunos das escolas públicas, suas famílias e equipes das escolas, dentre as quais: “a evasão escolar, ansiedade e desmotivação



dos estudantes e seus responsáveis, preocupações dos professores em manter seus empregos, cumprir os dias letivos, cumprir com êxito os conteúdos prescritos no currículo, bem como ofertar um ensino de qualidade”.

Em nossa pesquisa, com relação aos desafios da escola com o retorno às aulas presenciais, professores e gestores apresentaram índices bem semelhantes: 25,9% das respostas dadas pelos gestores e 26,4% das respostas dos professores manifestaram a preocupação com as dificuldades em manter o distanciamento social com os alunos. É compreensível que essa dificuldade tenha ocupado o primeiro lugar entre as citadas pelos dois segmentos, uma vez que o número expressivo de alunos nas salas de aula dificultava o cumprimento desse protocolo, necessário para conter o vírus da Covid-19. A mesma dificuldade se repetia nos horários de entrada e saída dos períodos, bem como nos intervalos das aulas, quando os alunos precisavam se acomodar no refeitório para o momento da merenda escolar.

Outro desafio da escola observado por 18,6% dos professores e 15,4% dos gestores diz respeito à falta de funcionários no atendimento às novas demandas. Isso porque precisariam da atuação desses profissionais na organização da entrada e saída dos alunos, nos cuidados durante o intervalo, visando sempre o cumprimento dos protocolos sanitários, além da limpeza e higienização de todos os ambientes da escola para combater a disseminação do vírus.

Também com percentuais bem próximos, a falta de recursos materiais compareceu em 10,2% das respostas dos professores e em 9,1% das respostas dos gestores. Nessa mesma direção, a inadequação na estrutura física da escola foi mencionada por 9,5% dos docentes e 9,1% dos gestores. Assim, tanto os recursos materiais quanto a estrutura física da escola se configuram como itens importantes para que, com o retorno às aulas presenciais, fossem cumpridos os protocolos de prevenção à Covid-19, bem como as condições favoráveis para o desenvolvimento do ensino. No entanto, os professores relataram que nas escolas se depararam com a “Falta de ambiente adequado e ventilado. Falta de internet e equipamentos para todos os professores” (Professor 255); se queixaram também das “salas de aula sem janelas, com baixa ventilação, abafadas e quentes (já era problema sem pandemia. Agora só piorou a situação)” (Professor 367); e ainda “com a falta de materiais individuais para alunos (jogos pedagógicos, lápis de cor, borracha)” (Professor 398).

O medo, a insegurança e ansiedade diante do quadro pandêmico foram citados por 7,2% dos professores e lidar com questões emocionais de professores, estudantes e familiares se constituiu como desafio para 11,8% dos gestores. Observou-se que os desafios em relação à aprendizagem do aluno foram relatados em 11,8% das respostas dos gestores, sendo que a adaptação à nova rotina escolar, de forma a conciliar os diferentes níveis de aprendizagem comparece em 9,2% das respostas dos professores.

Convém ainda destacar a preocupação dos gestores com os desafios em relação à previsão de recursos financeiros necessários para a adequação física e material das escolas. Nesse sentido, vimos que mais da metade dos gestores (53,2%) respondeu que havia a previsão de recursos, porém insuficientes. Esse percentual se amplia ainda mais se acrescentarmos os 12,9% de gestores que apenas declararam que tais recursos eram insuficientes ou precários, perfazendo uma porcentagem bastante preocupante de 61,2% dos gestores, levando-nos a inferir que a previsão dos recursos não era coerente com as necessidades e demandas das escolas.

Entre os professores e gestores, os desafios em relação ao retorno às aulas presenciais foram marcados pelo medo, insegurança e ansiedade diante do quadro pandêmico, da precariedade de recursos e da sobrecarga de trabalho ocasionada pelo ensino híbrido, já que o retorno ocorreu



de forma escalonada e gradual, exigindo mais tempo para a organização e planejamento de suas aulas. Segundo Bessa (2021), a grande maioria dos professores teve a carga horária de trabalho aumentada, sem ter um horário definido para início e término, além do grande desgaste emocional e psíquico provocado pelo medo da morte, sua ou de algum familiar. Não obstante a todos esses problemas, Palú (2020, p. 101) afirma que, “por outro lado, a pandemia também traz para o debate questões importantes, como a importância da escola pública e dos professores na sociedade atual.” Portanto, é preciso refletir e debater sobre quais lições aprendemos com a pandemia, quais problemas educacionais ela trouxe à tona e que, não podem mais ser colocados embaixo do tapete, sob pena de a escola pública não avançar como um espaço de apropriação do conhecimento, de interação e inclusão social e de fortalecimento dos processos democráticos.

Vários aspectos deveriam envolver o retorno às aulas presenciais dentre os quais o cuidado em “não cair no risco de tomar decisões por razões de modismo, de custo ou lucros” (GATTI, 202, p. 35). A autora ainda ressalta ser preponderante o planejamento flexível e local, que considere as necessidades da escola, privilegiando formatos participativos que propiciem atitudes de compartilhamento e escuta.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste artigo, buscamos trazer para discussão as dificuldades e desafios educacionais que gestores e professores vivenciaram e vivenciam no cotidiano da escola e que se agudizaram ainda mais durante a crise pandêmica da Covid-19, com a exigência do distanciamento social e implantação do ensino remoto. Para tanto, procuramos por meio de uma análise comparativa identificar os pontos comuns, divergentes ou complementares que permeiam o olhar de professores e gestores sobre os impasses vivenciados na travessia da pandemia.

Foram muitos e de uma diversidade considerável os desafios e dificuldades presentes nas falas dos docentes e gestores participantes da pesquisa. Falas que, obrigatoriamente, nos levam a refletir sobre políticas e ações que sejam capazes de superar os impasses educacionais, intensificados ainda mais pelos impactos que a crise pandêmica deixou. Desafios que, segundo Giroux e Proasi (2020), não podem ser desvinculados dos anos de negligência de governos neoliberais que negaram a importância da saúde pública e do bem-estar comum. Também não podem ser dissociados das crises da desigualdade social, dos valores democráticos, da educação e da degradação ambiental.

Vimos que nada foi fácil, pois não houve tempo para adaptação à nova realidade, e os professores e gestores se utilizaram, muitas vezes, de mecanismos de improvisação diante da precariedade de recursos, assim como tiveram que correr atrás do preparo exigido, em função da mudança abrupta com a instituição do ensino remoto no período pandêmico. Convém lembrar que, tanto professores quanto gestores, em grande parte, tiveram que arcar com os custos dos recursos tecnológicos utilizados para o trabalho no ambiente doméstico, além da recorrente sobrecarga de trabalho pelo acúmulo de funções.

Docentes e gestores tiveram a saúde impactada devido à tensão constante com a imprevisibilidade do ensino remoto e do retorno às aulas presenciais sem a garantia de cumprimento das medidas sanitárias para contenção da Covid-19. Dessa forma, o medo, a



insegurança, a ansiedade, a insatisfação, o sentimento de impotência e a depressão passaram a fazer parte do cotidiano dos docentes e gestores.

Evidenciou-se ainda nas falas dos docentes e gestores a falta de cooperação da família que se configurou como um dos principais desafios a ser superado, necessitando passar por um processo de discussão e reflexão, com toda a equipe escolar para que a parceria escola-família, ao considerar também os limites de ação das famílias envolvidas, possa avançar.

Não podemos deixar de destacar outros desafios importantes levantados por docentes e gestores, como o descaso do poder público em garantir os recursos tecnológicos e infraestrutura necessária ao atendimento das demandas atuais, aliado à falta de funcionários, com sérias implicações para a organização da rotina escolar. Ademais, a Seduc não demonstrou interesse sobre as reais condições das escolas, dos gestores, dos docentes e dos alunos para o desenvolvimento, minimamente satisfatório, do ensino remoto. Tais dados expressam o quanto o trabalho dos gestores tem sido dificultado pelo descaso, falta de apoio e falta de planejamento de ações dos órgãos superiores.

Convém ressaltar que a análise das respostas dos gestores e professores acerca da imposição do ensino remoto, a despeito de todas as adversidades vivenciadas nesse período, explicitou um esforço coletivo, por parte da equipe escolar, pautado pelo compromisso com os alunos, no sentido de buscar superar ou minimizar as diversas barreiras que afetaram, de forma intempestiva, o processo de ensino aprendizagem. Especialmente, demonstraram uma postura determinante para evitar a evasão de alunos e a não participação nas aulas remotas.

Em suas respostas, os professores e gestores apresentaram elementos significativos para refletirmos sobre o que aprendemos com a pandemia, que futuro queremos para nossas escolas, que tipo de sociedade vislumbramos para as novas gerações, como superar tanta desigualdade social e desrespeito à vida humana. Sobretudo, corroborando Klébis e Ferreira Filho (2022), será preciso muito cuidado para que nosso olhar diante das mazelas vivenciadas nessa pandemia não se torne míope e nos impeça de enxergar que os alunos e suas famílias, assim como professores e gestores, são vítimas desse sistema capitalista perverso e desigual, portanto, apontar um ou outro como o culpado não é a saída, uma vez que corremos o risco de não encontrarmos as verdadeiras possibilidades de luta por uma educação de melhor qualidade para todos, em especial aos que frequentam a escola pública.

REFERÊNCIAS

- ANDES. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior . Ensino remoto em substituição ao presencial? Tô fora! **InformAndes**. Informativo n. 106, jul 2020. Disponível em;
https://www.andes.org.br/img/midias/750baf505abe750a87729de257316e06_1596736630.pdf
Acesso em: 10 set 2023.
- BATISTA, Fátima da S.; GONZALES, Wânia R. C. O uso das tecnologias da informação e comunicação (TICS) e as escolas de referência gestão. **Rev. Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 1, n. 4, p. 2159-2173, 2016. <https://doi.org/10.21723/riaee.v11.n4.8316>
- BESSA, Sônia . Professores em tempos de pandemia: percepções, sentimentos e prática pedagógica. **Rev. Devir Educação**, Edição Especial, 183-205. 2021 Disponível em:



<http://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/410/225> . Acesso em: 21 ago.2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2022**: Resumo Técnico. Brasília, Inep, 2023, 82 p. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2022.pdf Acesso em: 15 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. (2023, março 28). **Brasil chega à marca de 700 mil mortes por Covid-19**. Brasília, Ministério da Saúde, 28 mar 2023. Disponível em:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid-19> Acesso em: 25 jul 2023.

GATTI, Bernadete. A possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. **Estudos Avançados**, v.34, n.100, p. 29-42, 2020. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.003>

GIROUX, Henry; PROASI, Laura. (2020). La Pandemia de Covid-19 está exponiendo la plaga del Neoliberalismo. *Praxis Educativa*, v. 24, n. 2, p. 1-13, 2020.

<https://dx.doi.org/10.19137/praxiseducativa-2020-240202>

GUEDES, Marilde. Q.; ROSA, Eliara. M.; ANJOS, Ana P. S. do P. Gestão Escolar: novos desafios e perspectivas frente à pandemia. **Rev. Humanidades & Inovação**, v.8 , n.61, p.130-144, 2021. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/4106> . Acesso em: 20 ago 2023

GUIMARÃES, Lislaine M. da S. **O ensino remoto emergencial e o mal-estar docente**: uma análise dos seus impactos sobre as condições de trabalho dos professores de sociologia no Estado do Paraná diante da pandemia de Covid-19. 2021. 115 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia). Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em:

<https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/71453/R%20-%20D%20-%20LISLAINE%20MARA%20DA%20SILVA%20GUIMARAES.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 18 jul 2023.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. 7ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

KLÉBIS, Augusta B. S. O.; FERREIRA FILHO, João. Percepção das professoras acerca das condições de acesso e realização das atividades remotas pelos estudantes. In: LIMA, Tamara; LEITE, Yoshie Ussami F.; PINTO, Joane V.; TEIXEIRA, Leny Rodrigues M. (Orgs). **Ensino remoto e os desafios da docência em tempos de pandemia**. Curitiba: Appris, 2022, p. 127-138.

LEITE, Yoshie Usami F. (Coord). **Ensino Remoto e os desafios da Gestão Escolar em Tempos de Pandemia**. (Relatório Final de Pesquisa), Unesp, 2023.

LIMA, Tamara; LEITE, Yoshie Ussami F.; PINTO, Joane V.; TEIXEIRA, Leny Rodrigues M.(Orgs) . **Ensino remoto e os desafios da docência em tempos de pandemia**. Curitiba: Appris, 2022.



LUCENA, Simone; SANTOS, Sandra V. C. A.; MOTA, Gersivalda M. da. Formação Continuada de Professores com as Tecnologias Móveis Digitais. **Educação em Foco**, v. 25, n. 2, p. 315-338, jan/abr 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/30440> . Acesso em: 15 ago 2023.

MAGALHÃES, Jonas E. P.; RAMOS, Marise N. Saberes e conhecimentos na educação pós-pandemia: uma construção necessária. **Rev. Org & Demo**, v.22, n.2, p. 245-268, jul/dez 2021. <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2021.v22n2.p245-268>

OLIVEIRA JÚNIOR, Israel de; RIBEIRO, Marcelo S. S.; PEREIRA, Anderson de J.; SANTOS, Kezia A. dos. Educação pública, acesso às tecnologias digitais e ao ensino remoto na pandemia da Covid-19. **Rev. Geografares**, v. 3, n.36, p. 189-215, jul/dez 2023.

<https://doi.org/10.47456/geo.v3i36.40047>

PALÚ, Janete. A crise do capitalismo, a pandemia e a educação pública brasileira: reflexões e percepções. In: PALÚ, Janete; SCHÜTZ, Jenerton A.; MAYER, Leandro (Orgs). **Desafios da educação em tempos de pandemia**. Cruz Alta: Ilustração, 2020, p. 87-106.

PERES, Maria R. Novos desafios da gestão escolar e de sala de aula em tempos de pandemia. **Rev. Administração Educacional**, v. 11, n.1, p. 20-31, jan/jun 2020.

<https://doi.org/10.51359/2359-1382.2020.246089>

PINTO, Joane V. Condição de saúde das professoras. In: LIMA, Tamara; LEITE, Yoshie Ussami F.; PINTO, Joane V.; TEIXEIRA, Leny Rodrigues M. (Orgs). **Ensino remoto e os desafios da docência em tempos de pandemia**. Curitiba: Appris, 2022, p. 45-58.

PRESIDENTE PRUDENTE. **Resolução 02 de 09 de fevereiro de 2022**. Estabelece diretrizes e organiza o atendimento presencial e as providências correlatas quanto às questões sanitárias e epidemiológicas na Rede Pública Municipal de Ensino. Presidente Prudente: Secretaria Municipal de Educação, 2022. Disponível em:

<https://gdoe.nyc3.digitaloceanspaces.com/diarios/presidenteprudente/6203a47bb298c.pdf>

Acesso em: 20 jun 2023

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana C. Educação na Pandemia: a falácia do “ensino” remoto. Covid-19: trabalho e saúde docente. **Rev. Universidade e Sociedade**, Andes-SN, v. XXXI, n. 67, p. 36-49, 2021. Disponível em:

https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada_1609774477.pdf . Acesso em: 22 ago 2023.

SILVA, Flávia G. da; CIAVATTA, Maria. A Escola em tempos de Pandemia: Desamparo, fome e privação tecnológica. **Rev. Ibero Americana de Estudos em Educação**, v 17, n.4, p. 2494-2512, out/dez 2022. <https://doi.org/10.21723/riaee.v17i4.16730>

SILVA, Reginaldo do S. M.; OLIVEIRA, Ney C. M. de. Gestão Escolar e Pandemia da Covid 19: a atuação do gestor escolar na reorganização da escola básica na Amazônia paraense. **Conjecturas**, v.22, n. 4, p. 30–51, 2022. <https://doi.org/10.53660/CONJ-672-712>

VIANNA, Claudia P. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, Sílvia C. (Org.), **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília, DF: Abaré, 2013, p. 159-180. <http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/44242>



Recebido em: 15 de junho 2024

Aceito em: 11 de novembro 2024